



GT 53. Índios em cidades e cidades indígenas

Coordenador(es):

José Maurício Paiva Andion Arruti (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Ricardo Ventura Santos (FIOCRUZ)

Debatedor/a: José Carlos Matos Pereira (CBAE/UFRJ)

O tema da migração ou mobilidade indígena para centros urbanos, com as transformações cosmológicas, organizacionais e identitárias nele implicadas é matéria de interesse crescente na antropologia produzida nos EUA, na América Latina e no Brasil. Depois dos primeiros trabalhos sobre o tema na década de 1960, com Cardoso de Oliveira, e na década de 1980 com seus orientandos, o tema praticamente saiu da pauta da antropologia feita no Brasil, para só ser retomado duas décadas depois, em larga medida sob o impacto dos dados produzidos em escala nacional com a introdução da categoria “indígena” na lista de opções de auto-atribuição na pergunta sobre cor ou raça dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010. Neles registrou-se não apenas um crescimento da população auto-atribuída indígena de praticamente 100% da primeira para a segunda década, como também que esta população estava dividida em proporções praticamente iguais entre áreas rurais e urbanas. Isso impulsionou tanto os estudos demográficos e etnográficos sobre indígenas em situações urbanas, quanto vem renovando o diálogo interdisciplinar. Este GT tem por objetivo reunir trabalhos sobre a situação dos índios em cidades, com a expectativa de construir um panorama sobre o tema, suas abordagens e pautas de trabalho.

A Terra Indígena Xakriabá Rancharia e as dinâmicas/fronteiras/espços limítrofes com uma comunidade não indígena

Autoria: Heiberle Hirsberg Horácio (UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros)

O povo indígena Xakriabá que habita a Terra Indígena Xakriabá, na microrregião do Vale do Peruaçu, São João das Missões - MG, no Alto Médio São Francisco, na margem esquerda do rio, entre os biomas da caatinga e do cerrado, e reúne uma população estimada de 11.000 indígenas e se estabelece em 38 aldeias. A Terra Indígena Xakriabá possui, ao todo, juntamente com a Terra Indígena Xakriabá Rancharia, uma área de aproximadamente 54.000 hectares, demarcada e homologada depois de muita luta realizada por esse povo indígena, luta que teve no genocídio sofrido pelos Xakriabá em 12 de fevereiro de 1987, um dos seus momentos mais marcantes e trágicos, quando houve a execução dos indígenas José Santana, Manuel Fiúza e Rosalino Gomes de Oliveira. (HORÁCIO, 2018; 2019). A Terra Indígena Rancharia está situada entre os municípios de Itacarambi e São João das Missões, em uma área demarcada de 9.798 hectares (SILVA, 2014), e embora ela e a Terra Indígena Xakriabá se constituam em um único território, a segunda foi homologada em 1987, enquanto a Terra Indígena Xakriabá Rancharia só foi homologada em 2003. Além do que, a TIX Rancharia possui em seu macro território outras aldeias - ainda não demarcadas e homologadas -, bem como a Lagoa de Rancharia, e parte da TIX Rancharia está divisada de um território não indígena apenas por uma estrada. A Terra Indígena Xakriabá Rancharia faz divisa com território não indígena pela BR-135, onde em uma margem da estrada está a comunidade/distrito não indígena, e na outra margem da BR-135 está a Terra Indígena Rancharia. Esta comunicação compartilhará considerações - frutos de 5 anos de convivência do autor com o Povo Indígena Xakriabá - sobre os trânsitos e as dinâmicas de convivências entre indígenas e não indígenas na ?fronteira?- borrada, dinâmica e instável - no(s) espaço(s) limítrofe, da Terra Indígena Xakriabá Rancharia, divisada formalmente de uma comunidade não indígena com traços urbanos, apenas por



**Reunião Brasileira
de Antropologia**

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3

uma estrada.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: